PRINCIPAIS CONQUISTAS DO

19º GRITO DA TERRA BRASIL



50 anos CONTAG

STTRs FETAGs CONTAG

www.contag.org.br | facebook.com/contagbrasil | @ContagBrasil

FOTOS: CÉSAR RAMOS

BOLETIM ELETRÔNICO DO GRITO DA TERRA BRASIL 2013

Os trabalhadores e trabalhadoras rurais organizados e mobilizados no 19º Grito da Terra Brasil, conquistam importantes avanços nas políticas públicas que irão melhorar suas condições de vida e trabalho.

O 19º Grito da Terra Brasil 2013 reuniu cerca de 4.000 trabalhadores e trabalhadoras rurais, em Brasília, no dia 21 e 22 de maio de 2013 e mais uma vez, reafirmou a importância social, econômica e ambiental da reforma agrária e da agricultura familiar para o desenvolvimento sustentável e solidário do País.

A pauta de reivindicações do GTB-2013 foi entregue à Presidenta Dilma Rousseff no dia 24 de abril de 2013, e a partir da segunda semana de maio se iniciou o processo de negociação. Foram realizadas mais de 48 reuniões, envolvendo 17 ministérios, com a participação de 94 dirigentes e assessores(as) sindicais rurais. No dia 22 de maio, em audiência no Palácio do Planalto a CONTAG e as Federações receberam do Governo o resultado das negociações originadas da pauta de reivindicações.

Neste Boletim Eletrônico seguem as principais conquistas obtidas no 19º GTB, para a Agricultura familiar; reforma agrária; políticas sociais – saúde, educação, previdência e assistência social, proteção infanto-juvenil, comunicação, segurança pública; meio ambiente; assalariados e assalariadas rurais; organização e formação sindical; mulheres, jovens e terceira idade.

Agora, é preciso divulgar o que conquistamos. A divulgação eficiente dos resultados do GTB dá ânimo e sentimento de pertencimento aos trabalhadores e trabalhadoras rurais na luta sindical. Divulgar as conquistas junto à Base é nosso dever, pois é um instrumento fundamental para a valorização e fortalecimento das entidades do Sistema CONTAG perante a sociedade e aos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Saudações Sindicais

Alberto Broch
Presidente


Via L2 Sul
S. Autarquias Sul
Pça. Tribunais
S. Bancário Sul

POLÍTICA AGRÍCOLA

1. PLANO-SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2013/2014:

O Governo Federal não antecipou informações sobre o Volume dos Recursos do Crédito para o Plano-Safra 2013/2014. Entretanto, comenta-se que serão liberados cerca de R$ 22 bilhões. Da mesma forma, adianta que o momento não é favorável à redução de juros.

Todas as propostas discutidas e encaminhadas ao Ministério da Fazenda como a criação das duas novas modalidades de financiamento integrado da Unidade Familiar de Produção - o Pronaf Sustentável (Pronaf Semiárido e Pronaf Inovação e Sustentabilidade). Da mesma forma, recebeu de forma positiva as propostas apresentadas para Garantia de Renda na Agricultura Familiar incluindo a reformulação do Proagro Mais (SEAF) e do PGPAF, para Seguro de Renda e PGPAF/Opção, respectivamente.

Sobre as melhorias para o Pronaf Jovem e Pronaf Mulher, responderam não haver espaço para que o Tesouro assuma os Riscos das operações para além do Pronaf Jovem. Além disso, não preveem a ampliação do Pronaf Jovem para R$ 40 mil e nem a criação de uma nova modalidade de crédito para Mulheres idêntica à solicitada para Jovens.

Em relação ao endividamento na Agricultura Familiar o Governo concorda em buscar renegociação das dívidas – discorda da proposta de anistia. Já em relação à prorrogação dos prazos de adesão na Região da SUDENE, informa que a demanda já foi atendida – sendo os prazos prorrogados até 31/12/2013. O BASA está realizando o levantamento de dívidas antigas do FNO-Especial, Prodex e Pro-Rural para sabermos quantos contratos existem e o que é possível resolver.

Quanto à ampliação da cobertura de agentes financeiros na região amazônica pelo Banco do Amazonas o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) se comprometeu em fazer a gestão junto ao Ministério da Fazenda com o objetivo de ampliar a cobertura.

Sobre o monitoramento do Plano-Safra o MDA se compromete em disponibilizar todas as informações a partir de dados oficiais do Banco Central do Brasil (BCB), disponíveis no Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR).

2. POLÍTICA NACIONAL DE ATER

O governo afirma que no lançamento do Plano-Safra, previsto para o dia 06 de junho de 2013, no Palácio do Planalto, em Brasília/DF, será anunciada a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER.

Em relação criação de estratégias de ações e orçamento específicos no Plano Plurianual (PPA), para fomentar a consolidação, estruturação e fortalecimento das Redes de ATER da Sociedade Civil, está em tramitação proposta de alteração de Lei 12.188/2010, que prevê a formação de consórcios de entidades e fortalecimento das redes.

Sobre a cota de 30% dos recursos de ATER do MDA e INCRA a serem aplicados nas atividades desenvolvidas pelas mulheres e o atendimento de 50% de mulheres do total do público o MDA

informa que está em fase final de elaboração a Chamada de ATER e Agroecologia, a ser lançada pela SAF/MDA, na qual estão contemplados os percentuais propostos.

Atualmente estão contratadas entidades para atender 446 organizações formais da agricultura familiar e até o final de 2013 a meta é chegar a 489. Ainda no primeiro semestre de 2013 serão republicados três lotes não contratados no Edital 06/2012 para atendimento de mais 50 cooperativas nos Estados do AM, ES, MS, MT, PA, RJ e RO.

3. MECANISMOS DE GARANTIA DE PREÇOS E RENDA NA AGRICULTURA FAMILIAR:

Em relação ao Seguro da Agricultura Familiar (SEAF), o MDA assumiu compromisso de fazer uma campanha nacional de esclarecimento envolvendo o Movimento Sindical e aos agentes financeiros sobre a importância da sua implementação corretamente.

4. PROGRAMA GARANTIA-SAFRA

O Governo Federal afirma que enquanto perdurar a seca no Nordeste à todos os agricultores/as aderidos ao programa serão garantidas as parcelas adicionais. Quando acabar a seca o programa volta a situação de normalidade.

5. POLÍTICA NACIONAL DE CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO E POLÍTICA DE ACESSO ÁGUA

Na Conferência Temática do Semiárido e na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, o documento intitulado “Diretrizes para a convivência com o Semiárido” será utilizado para fins de elaboração de propostas à Política Nacional de Convivência com o Semiárido.



Para melhorar o acesso a água para produção e consumo das famílias, em todos os biomas, a exemplo do Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC e "Uma Terra e Duas Águas" - P1+2, o MDS vem paulatinamente expandindo o Programa Cisternas para outras regiões do País. Em 2012 foram celebrados convênios com os Estados do Pará, Amazonas e Acre – Região Norte, com o Espírito Santo – Sudeste e Rio Grande do Sul e Santa Catarina – Sul. Para dar mais efetividade à participação das mulheres propõe criar um grupo de trabalho com a CONTAG para elaboração de proposta de cotas para mulheres beneficiárias em cada uma das etapas.

6. POLÍTICA DA TERRITORIALIDADE

No intuito de garantir a continuidade da Política de Territorialidade, para o ano de 2013, o governo se comprometeu a incorporar novos territórios ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - Pronat, conforme consta na resolução do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Os recursos para gestão territorial, estão assegurados no Orçamento Geral da União (OGU) de 2013.

Quanto ao Plano-Safra da Agricultura Familiar dos Territórios, a SDT está elaborando, uma Estratégia de Gestão, que visa articular e integrar ações e políticas públicas ao planejamento e a execução territorial de projetos de desenvolvimento. As Bases de Serviços contratadas pela SDT servirão de estrutura de apoio aos colegiados territoriais na gestão e integração das políticas do Plano-Safra 2013/2014. Para garantir integração e gestão de políticas de inclusão produtiva será realizado um evento até Julho de 2013, com o objetivo de preparar as bases de serviço para atuar no Plano-Safra.

A formação e capacitação de conselheiros e membros dos colegiados territoriais estão previstas no planejamento da SDT para os anos de 2013 e 2014, com foco na articulação e integração de políticas públicas, incluindo os Territórios da Cidadania conforme prevê a matriz do ano de 2013 do Programa Territórios da Cidadania (PTC).

A respeito da uniformização dos procedimentos nas Delegacias Federais de Desenvolvimento Agrário, o MDA informa que estão passando por um processo de reestruturação e de planejamento que envolve ampliação de pessoal (servidores e terceirizados), estrutura física (reformas e novos espaços) e tecnológica (ampliação de equipamentos). A gestão das delegacias passa por um processo de planejamento conjunto nos estados com a participação das Superintendências do INCRA e coordenações do Terra Legal, visando organizar, monitorar e responder as demandas existentes de forma integrada. Para garantir um procedimento uniformizado, periodicamente são realizadas reuniões para atualizar os diversos temas e organizar a atuação do MDA nos estados.

7. PROGRAMA BRASIL SEM MISÉRIA – PBSM

Está prevista a revisão do Decreto com previsão de diminuição dos prazos entre o pagamento das parcelas aos beneficiários do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.

Para garantir o acesso ao programa água para todos, água I e II, o MDA por meio da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, apoiará com recursos do Proinf o acesso de grupos de famílias participantes do Programa Segunda Água com infraestrutura de transformação e comercialização da produção nos Territórios. A SDT, em parceria com a Embrapa, contribuirá para a

formação de técnicos e gestores de municípios do semiárido na utilização das máquinas do PAC II com a finalidade de captação e armazenamento de água.

8. PESCA E AQUICULTURA

O Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) assinou o Termo de Cooperação com a CONTAG no dia 22/05/2013, no intuito de implementar no âmbito da pesca e aquicultura o desenvolvimento atividades de formação, pesquisa, extensão, produção, beneficiamento, comercialização e de cadastro da famílias.

9. POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

O lançamento do PLANAPO está em negociação com a Secretaria Geral da Presidência da República e os Ministérios participantes, com previsão até julho de 2013.

A gestão do Plano Nacional de Agroecologia e produção Orgânica – PLANAPO contempla a participação da sociedade civil no âmbito da CNAPO. O Grupo de Trabalho com participação da sociedade civil será contemplado como iniciativa no PLANAPO, sob coordenação do MDA e do MAPA. Para reconhecer e valorizar o protagonismo das mulheres e jovens no plano, o MDA propõe a construção de estratégias e ações por meio do Programa Nacional de Territórios com a realização de intercâmbios.

Sobre ações para estimular e fortalecer as iniciativas da Juventude na agroecologia e produção orgânica, estas estão sendo apoiadas por meio do financiamento de projetos para fomento à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas para organizações que acessam o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMbio), por meio do acordo entre BNDES e CONAB, com R$ 25 milhões em três anos. Item previsto no PLANAPO com ação direta para atender 15 mil jovens.

10. SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

Quanto à criação de um Programa Nacional de Organização Produtiva da Juventude Rural, com destinação de recursos não reembolsáveis, com ênfase na produção e processos de transição agroecológica o MDA e a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ-PR) estão desenhando uma proposta de Programa Nacional de Inclusão Sócio-Produtiva em sintonia com as discussões com o Comitê de Políticas para a Juventude Rural do Condraf.

11. DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Para democratizar o acesso aos meios de comunicação a política de inclusão digital o governo disponibilizará equipamentos para acesso à internet por meio da criação de telecentros de uso comunitário no âmbito do Programa Telecentros BR e Territórios Digitais. Está previsto, para 2013, a instalação de 456 telecentros em comunidade rurais, cujos equipamentos já foram entregues.



REFORMA AGRÁRIA

1- DESAPROPRIAÇÕES POR INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE REFORMA AGRÁRIA:

a) Meta/2013 - O INCRA se comprometeu em realizar, de imediato, ao menos 90 vistorias em áreas indicadas pelas Fetags e autorizou a descentralização integral dos recursos financeiros relativos à esta ação para as Superintendências do INCRA. Informou também, que para 2013 tem a meta de vistoriar cerca de 1.300 novos imóveis novos, com área de cerca de 1 milhão de hectares.

b) Cadastramento de famílias acampadas – Segundo o INCRA, a seleção de famílias será realizada a partir dos registros no SIPRA. No entanto, serão priorizadas aquelas que estiverem inseridas no CADúnico.

2- PNRA – Será levada ao grupo de trabalho de questões fundiárias do CONDRAF a proposta de elaboração e implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária

3- Regularização fundiária

a) Terras Públicas Estaduais – Existe uma parceria do MDA/SRA com os Estados do ES, SP, BA, PI, AL, PB, PE, SE e RN, para a titulação de 30 mil famílias, em 99 municípios. Neste processo será utilizada a metodologia de "varredura", que possibilita a identificação completa da estrutura fundiária local e cadastramento e georefenciamento de todos os imóveis. Feira a identificação fundiária, pode-se verificar as áreas passives de titulação ou de vistoria visando a desapropriação para fins de reforma agrária ou a compra pelo Crédito fundiário. Esta parceria com os estados também prevê recursos para o fortalecimento institucional dos órgãos estaduais de terra.

O INCRA possui convênios com os estados de CE, PE, SE, RN, PB, MG, BA, PI e PR e tem a meta de regularizar 33.000 títulos em 2013.

A ampliação destas ações nos estados onde já existem os convênios e para outros estados depende das pressões e gestões junto aos governos estaduais, visando assegurar o aumento das metas de regularização.

b) Terra Legal – (Ação em Terras Públicas Federais na Amazônia Legal)– Foram firmados e estão em execução, convênios com os estados de RO, AC, MA, AM, AP e TO, para a realização de cadastro, identificação e georreferenciamento de áreas de ocupação, visando emitir 7.400 títulos. Além destes, serão emitidos mais 10.749 títulos, diretamente pelo Terra Legal.

Foi também assegurada a efetivação de um convênio entre o MDA e a CONTAG para realização de seminários e atividades de monitoramento das ações do programa Terra Legal.

c) CATP e CPCV – Firmado acordo entre a CONJUR/MDA e Procuradoria Geral Especializa-

do do INCRA para nivelamento de informações e de procedimentos judiciais, visando agilizar a retomada das áreas onde as cláusulas resolutivas não tenham sido cumpridas, priorizando as áreas de conflito.

4- PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO – PNCF-

a) Tetos de financiamento – A revisão geral do teto de financiamento está pendente, aguardando a aprovação do PLC 42/2012, que permitirá ampliar os prazos de financiamento. A SRA se comprometeu em agilizar o processo de revisão dos tetos microrregionais, para implementá-los no 2º semestre.

b) Retomada das Operações de financiamento – Foram realizadas várias reuniões com os agentes financeiros(BB, Caixa e BNB) para pactuar as ações e nivelar compreensões e entendimentos, visando a retomada das contratações com mais agilidade e qualidade, aplicando-se as condições negociadas no GTB/2012 e normatizadas pelo Banco Central.

5- DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO:

a) Infraestrutura – O INCRA informou que pretende concluir a implantação dos assentamentos em no máximo 3 anos. Informou também, que as ações do INCRA serão integradas, com aos seguintes programas, dentre outros: Minha Casa Minha Vida; Água para todos; Luz para Todos; PAA; PNAE; PRONATEC, Bolsa Verde e PAC II, com a finalidade principal de fazer a



abertura e conservação de estradas.

Em relação ao Minha Casa Minha Vida, houve o compromisso a construção de 30.000 casas em 2013 e 43.000 em 2014. Foi assegurada a realização de uma oficina de trabalho com a Contag e as Fetags para discutir e nivelar os entendimentos e procedimentos da ação e programar o debate sobre o tema nos estados. Os assentados e assentadas poderão optar em manter a construção das casas pelos critérios antigos, nos casos em que os recursos já tenham sido depositados e ainda não utilizados ou em devolver tais valores ao INCRA e executar as construção pelo Minha Casa Minha Vida.

Quanto à destinação de máquinas e equipamentos para as prefeituras, foi assumido o compromisso que constará como obrigatório a abertura e conservação de estradas vicinais, e a participação na gestão das mesmas, pelos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento.

b) Licenciamento Ambiental – Foi aprovado no CONAMA a revisão da Resolução 387/2006. Com isso, os assentamentos criados até a presente data estarão dispensados do licenciamento ambiental prévio e serão regulados pelo Cadastro Ambiental Rural-CAR e apenas as obras de infraestrutura e atividades com potencial degradador deverão ser licenciadas. Os assentamentos novos terão licenciamento com maior grau de simplificação do que os exigi-



do atualmente.

c) Acompanhamento e monitoramento das ações – Ficou acordado a formalização de “sala de acompanhamento” da execução do planejamento das ações para o desenvolvimento dos assentamentos, com a participação da Contag.

d) Definições de critério sobre “emancipação” de assentamentos – Ficou acordada a criação de um GT, com a presença da Contag para elaboração de critérios.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE: FOI ACORDADO COM O INCRA QUE DENTRO DE 40 DIAS RETOMAREMOS AS REUNIÕES PARA MONITORAMENTO DO RESULTADO DAS NEGOCIAÇÕES. ATÉ LÁ, É IMPORTANTE MANTER AÇÕES PERMANENTES DE COBRANÇA DO QUE FOI NEGOCIADO.



ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS

1. Publicação da Portaria nomeando os membros da COMISSÃO NACIONAL DA POLÍTICA NACIONAL DE EMPREGADOS RURAIS.

O Ministro Manoel Dias garantiu, na reunião com os Ministros, a publicação da referida Portaria e que a mesma sairá com a forma e os nomes indicados pela CONTAG.

2. Participação da CONTAG no processo de reestruturação do setor sucroalcooleiro.

A resposta foi positiva, informando que o convite à CONTAG já foi elaborado e será enviado para a entidade.

MEIO AMBIENTE

O 19º Grito da Terra Brasil contabiliza mais uma conquista. Após muita negociação, foi possível aprovar no plenário do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), no dia 22 de maio, dia da mobilização do GTB, a retirada da obrigatoriedade de licenciamento prévio dos assentamentos da reforma agrária, com a derrubada da Resolução 387/2006 que criava uma série de exigências. Pela nova resolução, os empreendimentos de infraestrutura e das atividades dos assentamentos antigos passíveis de licenciamento poderão ser feitas por procedimentos simplificados constituídos em documento único e serão feitos pelo INCRA.



POLÍTICAS SOCIAIS

POLÍTICA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

ITEM 32 - PERÍCIA MÉDICA

O INSS informou que está adotando diversas providências no sentido de reduzir o tempo médio de espera do agendamento da pericia medica, quais sejam: convocação de mais 300 médicos-peritos aprovados no último concurso público, deslocamento do médico perito para as Agências que não dispõem desse profissional para fazer o atendimento permanentemente, ajustes de fluxo de atendimento e de sistemas, além da expectativa de realização de novo concurso público em 2013.

O INSS também se colocou à disposição para buscar solução emergencial naquelas Agências onde o tempo de espera para fazer a perícia médica seja prolongado. Ficou acertado que, na medida em que a CONTAG apresentar a demanda, o INSS fará os esforços necessários para resolver o problema.

ITEM 34- CADASTRO DO SEGURADO ESPECIAL / CNIS – RURAL

R: O INSS e a Dataprev informaram que vem trabalhando no desenvolvimento do sistema do cadastro, dando prioridade, nesse momento, para concluir o módulo que permite à CONTAG e FETAGs a credenciar e descredenciar o termo de adesão e de responsabilidade dos sindicatos. A proposta é que o sistema esteja disponível para ser homologado a partir do dia 21/06/2013.

Quanto ao módulo para alterar as informações cadastradas dos segurados especiais, ainda não há previsão de quando o módulo será concluído. Todavia, o INSS e a DATAPREV ficaram de analisar a possibilidade de implementar novos ajustes no sistema a partir do 2º semestre de 2013.

Ficou acertado também que o INSS apresentará à CONTAG, em reunião a ser realizada no mês de junho/2013, o funcionamento do sistema de comprovação da atividade rural no âmbito do próprio CNIS-Rural.

POLÍTICAS DE SAÚDE PARA AS POPULAÇÕES DO CAMPO E DA FLORESTA

ITEM 38

a) A inclusão do protetor solar não foi acatada pelo Ministério da Saúde, inclusive não saiu no Caderno de Respostas do GTB 2013. A proposta trazida à mesa de negociação foi à realização de pesquisa nacional para identificação do perfil de casos de câncer de pele em trabalhadores (as) rurais e a realização de Campanha Nacional de Prevenção desse tipo de câncer, a ser realizada em parceria CONTAG/MINISTÉRIO DA SAÚDE.

ITEM 39 - Compromisso do Ministério da Saúde e do Conselho Nacional de Saúde para formatação de curso de formação para os conselheiros de saúde da CONTAG, em municípios com população menor que 50 mil/hab., de forma descentralizada, e por

meio de parcerias como as escolas de saúde pública estaduais, Universidades Federais, Fiocruz e a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET SUS);

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM 42: O Ministério da Saúde assumiu o compromisso de criar na FUNASA um espaço de interlocução com os movimentos sociais do campo e da floresta. Também se comprometeu viabilizar a participação da CONTAG e outros movimentos sociais no processo de discussão do Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB, com a finalidade de discutir o Saneamento Rural (05 oficinas regionais e 01 seminário nacional que serão realizadas no segundo semestre);

Itens novos (não foram previstos na pauta mais foram negociados)

1. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) disponibilizou, para atendimento das populações ribeirinhas e comunidades rurais, lanchas para expandir os serviços da assistência social para esta população. Até o momento foram entregues 10 lanchas no Pará, e mais 90 embarcações estão previstas para a entrega até novembro de 2013, totalizando 100 lanchas. Os municípios beneficiados compõe a área da Amazônia e do Pantanal, a região norte é a primeira a receber as lanchas, no entanto, a CONTAG poderá contribuir com a busca ativa e demandar novos territórios.

2. Além das lanchas para atendimento via fluvial, o MDS está viabilizando a pactuação de equipes volantes para os municípios rurais com territórios dispersos, que tenha pelo menos um CRAS no município de abrangência. O objetivo é deslocar a equipe para



atendimento nas comunidades que ficam distantes do CRAS, realizando atendimento em loco.

3. Foi negociado na Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS a realização de Escuta Itinerante da Assistência Social nos moldes da realizada pelo Ministério da Saúde. A ideia é que as mesmas possam ser realizadas no segundo semestre de 2013, entre outubro e novembro de 2013. O objetivo da atividade é ouvir a população, por meio da escuta e da aplicação de um questionário, sobre o alcance dos serviços de assistência social nas comunidades rurais.

EDUCAÇÃO DO CAMPO

ITEM 44

a) O MEC informou que atualmente quase todos os estados brasileiros, sendo que existe um esforço do MEC que se atinja a totalidade, condicionando o acesso às políticas do campo desta pasta a criação dos fóruns ou comitês.

Visando o fortalecimento da CONEC o Gabinete do Ministro irá solicitar à SECADI que faça uma alteração no decreto da CONEC a fim de atualizá-lo de acordo com a estrutura atual do MEC, uma vez que algumas secretarias foram extintas. O Secretário-executivo comprometeu-se a orientar as Secretarias a definirem os representantes para compor e efetivamente participar da CONEC. Afirmou ainda que, durante as reuniões da CONEC, o Secretário ou o Diretor responsável pelo tema pautado estará presente para poder encaminhar o que for necessário.

b) O MEC informa que publicou em 02 de outubro de 2012, a Resolução/CD/FNDE n.48, que estabelece orientações, critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros aos estados, municípios e distrito federal para manutenção de novas turmas de EJA, tendo como prioridade o atendimento aos estudantes das comunidades rurais, quilombolas, indígenas, as pessoas egressas do programa Brasil Alfabetizado e as pessoas que cumprem pena em unidades prisionais.

Atualmente, estamos na fase de mapeamento das Universidades que possam realizar a formação aos educadores dos municípios contemplados.

Mauro José da Silva, Diretor de Políticas de Alfabetização de Jovens e Adultos da SECADI, comprometeu a chamar uma reunião técnica com a CONTAG, após fecharem o cronograma da Secretaria, para tratar especificamente a Alfabetização de Jovens e Adultos e a proposta metodológica a ser adotada.

c) O PROCAMPO oferta cursos de licenciatura em educação do campo pelas IFES, em regime de alternância, com currículo organizado por áreas de conhecimento com habilitação para docência multidisciplinar em uma das áreas do conhecimento: linguagens e códigos, ciências humanas, ciências da natureza e matemática em escolas do campo, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio.

Quanto aos cursos do PARFOR e UAB será publicado um edital conjunto Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão/SECADI para oferta de cursos aos

professores do campo.

O MEC tem programado para o 2º semestre um grande seminário do PROCAMPO com as IFES que já desenvolvem os cursos de licenciatura de 2012: 31 IFES, sendo aprovados 35 novos cursos e 07 expansões de turmas, 4.865 novas vagas totalizando em 3 anos 14.595 vagas, sendo 540 em 5 Institutos Federias.

Será liberado pelo Ministério do Planejamento mais de 200 vagas para concursos públicos nas IES para implantar as turmas do PROCAMPO, essa divulgação deverá ser realizada nos próximos dias.

d) Construir uma estratégia nacional junto com os estados e municípios para assegurar a construção de escolas do campo o MEC, por meio da SECADI vem trabalhando no processo de divulgação das ações do PRONACAMPO, especialmente no que se refere a construção de escolas, com meta de 3.000 mil escolas ate 2014, as quais já podem ser solicitadas via PAR.

Já esta pronta também a campanha publicitária para radio e televisão sobre o PRONACAMPO.

A SECADI está monitorando as 4.686 solicitações de construção de escolas para 2013. O FNDE está analisando as demandas e vendo as pendências existentes nestas solicitações. Em 2012, foram financiadas 400 escolas no campo.

O FNDE e a SECADI estão trabalhando para no segundo semestre para realizar uma licitação (registro de preço nacional) para construção de escolas pré-moldadas.

Quanto ao fechamento das escolas: Está tramitando na CCJ (Dep. Décio Lima - SC), depois vai para o Senado, o MEC está acompanhando.



ITEM 45. O Ministério da Educação lançou no dia 09/05/2013, o programa nacional de bolsa-permanência. Essa ação é um auxílio financeiro para estudantes de baixa renda das instituições federais de ensino superior. A bolsa-permanência de 400,00 será concedida aos estudantes que atendam os critérios para a política de cotas, estejam matriculados em cursos com carga horária maior que cinco horas diárias e que tenham renda per capta familiar mensal de ate 1,5 salários mínimos. Outra ação do MEC, também e a bolsa formação, ofertada pelo PRONATEC, que promove a oferta de vagas gratuitas em cursos técnicos e de FIC pela rede federal de educação profissional e tecnológica, redes estaduais e pelos serviços nacionais de aprendizagem. A bolsa formação, que já inclui o valor da assistência estudantil, também atendera estudantes da educação de jovens e adultos e beneficiários do PROJOVEM, de forma a integrar a educação profissional a elevação da escolaridade.

ITEM 46. O PRONATEC campo oferta cursos nas áreas relativas ao campo e recursos naturais, com parceria do MDA. Já foram realizadas mais de 30 mil matriculas em cursos com esse perfil. O atendimento da demanda dos movimentos do campo por inserir a rede CEFFAS como ofertante do PRONATEC tornou-se possível com a recente regulamentação da entrada das escolas técnicas e instituições de ensino superior privadas no programa, para oferta de cursos técnicos de nível médio, na modalidade subsequente. Essas instituições já estão no processo de habilitação, podendo realizar a adesão a partir de junho, e a oferta de cursos será realizada no segundo semestre utilizando o processo de seleção unificada e com base no ENEM.

O PRONATEC campo tem como meta, ate 2014, ofertar 180 mil vagas, sendo 120 mil bolsas-formação PRONATEC e 60 mil na rede E-TEC a distancia. Em 2012, efetivou-se a pactuação para a oferta de 20 mil vagas de bolsa-formação e 10 mil vagas no E-TEC, sendo 4.000 agentes de ATER, 13.000 agricultores familiares e assentados e para 10.000 jovens agricultores familiares e assentados.

ITEM 47. O Programa Brasil Alfabetizado, executado por estados e municípios, apresenta um desenho flexível e que permite parcerias e presença efetiva dos movimentos e organizações sociais. De modo geral, as parcerias têm sido efetivadas no momento que antecede a mobilizacao dos beneficiários para a formação de turmas. Os acordos entre as lideranças e a gestão local do PBA geram fortalecimento recíproco porque as turmas funcionam no locus dos movimentos e organizações sociais e os educadores são provenientes da própria comunidade. Desse modo, o PBA já assegura a alfabetização de jovens e adultos do campo e encontra-se em plena fase de fortalecimento das ações de formação dos alfabetizadores, tradutores interpretes de libras e coordenadores de turma, o que significa melhoria na ação alfabetizadora em curtíssimo prazo.

ITEM 48. Os atores envolvidos nesse processo estão mobilizados para desenvolver a melhor estratégia de atendimento da demanda. O Gabinete do Ministro solicitará da SESU e da SETEC análise técnica da proposta apresentada. A sugestão é que a universidade solicite a aquisição dos equipamentos via RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Lei 12.462/2011).

ITEM 49. PRONERA (MDA/INCRA).

a) No orçamento 2013, já recebemos do Ministério do Planejamento um crédito extraordinário de R$ 10 milhões, fundamental para assegurar os projetos em execução e os novos já aprovados. Na ocasião de elaboração do Orçamento 2014, apresentaremos a demanda Orçamentária para ampliação das ações.

b) Estamos adotando a sistemática de força-de-trabalho visando oferecer maior agilidade na análise técnica.

c) A viabilidade cursos nos próprios assentamentos só é possível na EJA Alfabetização e Anos Iniciais, pois normalmente as turmas são constituídas de jovens de vários assentamentos. Onde é possível, temos realizado os cursos nos próprios assentamentos.

d) Temos mobilizado nossas Superintendências para que façam a articulação com os Municípios e Estados, que detêm os recursos e a competência para a construção de escolas. Em que pese nossos esforços, temos encontrado dificuldade na resposta dos estados e municípios, inclusive às determinações do próprio MEC.

e) Todos os projetos de Curso que tem chegado à Coordenação, demandados pelos diversos movimentos sociais, tem recebido o tratamento devido. Muitos não se viabilizam devido à problemas das próprias instituições de ensino. A mobilização das Universidades é constante por parte do INCRA. Quanto aos cursos de Direito, a Universidade Federal de Goiás já está com o projeto de nova turma em fase de aprovação. Na Bahia, está em Curso uma turma de Direito na UEFS e em fase de seleção para um Curso de direito na UNEB.

PROTEÇÃO INFANTO-JUVENIL

ITEM 50 (MDS)

a) Aprovação da Resolução N° 08 que trata do redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A Resolução fortalece o atendimento às crianças e adolescentes do meio rural.

b) Instituição de grupo de trabalho interministerial com a participação da CONTAG para debater o enfrentamento do trabalho infantil no campo, considerando suas especificidades.

ITEM 51: (SDH) Construção de matriz de informações/indicadores sobre direitos humanos de crianças e adolescentes do campo, com base nas fontes e bancos de dados (SDH – SIPIA, Disque 100, etc) já identificados no Governo Federal, em especial do IBGE, do DATASUS e no MDS.

ITEM 52: (SDH) Inclusão da temática Infância e Adolescência do Campo na "Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente", que estabelece os compromissos do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais – CONDEGE, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, do Ministério da Justiça - MJ, do Ministério da Educação – MEC, do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome –

MDS e do Ministério da Saúde – MS.

Item novo (não previsto na pauta mais foi negociado)

a) Pactuação entre CONTAG e SDH de termo de cooperação em prol da proteção infanto-juvenil no campo;

DEMOCRATIZAÇÃO E ACESSO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

ITEM 53: O Ministério das Comunicações informou que a democratização do acesso aos serviços de comunicação vem sendo gradualmente atendida a partir de ações impostas às concessionárias de telefonia fixa para universalização do serviço prestado em regime público e privado. Estão sendo inseridas algumas obrigações nos editais de leilão das radiofrequências nas quais as operadoras irão operar, com o objetivo de promover diretamente o serviço de telefonia popular.

Também se fez referência ao Programa Nacional de Banda Larga - PNBL, com destaque para os 6.505 telecentros instalados em todo o país, localizados em 4096 municípios, representando 73,6% da totalidade de municípios brasileiros, voltados para ampliar o acesso direto a internet pela população.

De acordo com o Ministério das Comunicações, a meta é ampliar o acesso ao serviço de telefonia móvel. Em 2012 houve licitação para a expedição de autorização de uso de radiofrequência nas faixas de 2,5 GHz, que introduzirá no Brasil a telefonia móvel de quarta geração 4G, e 450 MHz, e ampliará a penetração de serviços de telecomunicações de voz e de telecomunicações de dados, em especial nas áreas rurais e regiões remotas. De acordo com o Ministério foram estabelecidos, aos vencedores da licitação, compromissos de abrangência e ampliação de capacidade, dentre os quais se destacam a cobertura, ate 31 de dezembro de 2015, das áreas rurais até 30 km de todos os distritos-sede de municípios brasileiros, com serviços de voz e dados, bem como o atendimento, com acesso a internet em banda larga, de forma gratuita, a todas as escolas públicas rurais, sem limite de franquia de dados.



SEGURANÇA PÚBLICA

ITEM 54: O Gabinete do Ministro da Justiça, representado pela Assessoria de Participação Social, firmou compromisso de dialogar com a Secretaria Nacional de Segurança Pública no sentido de promover a formulação e implementação de instrumentos e ações capazes de induzir as Secretarias Estaduais de Segurança Pública à adoção de medidas com maior potencial de resolutividade em relação à violência no campo. Também irá dialogar com o Departamento de Polícia Federal – DPF e o Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF no sentido de aperfeiçoar sua atuação na repressão à violência no campo, naqueles casos sob a competência desses departamentos.

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

A. Concluir a análise dos 226 processos de registro sindical das entidades vinculadas ao sistema CONTAG.

Com a Edição da Portaria MTE nº 326/2013 aplicável aos processos de registro sindical de sindicatos, foram constituídas duas filas de processos para análise: uma com processos de federações e confederações; e outra com processos de sindicatos. O governo comprometeu-se a retomar a análise dos processos de registro sindical que não possuem impugnações, imediatamente. No caso dos processos de sindicatos com pendências de documentos, o MTE concordou em dilatar o prazo inicial de 10 dias (conforme Portaria 326/2013) para 20 dias. O Ministério do Trabalho também comprometeu-se a realizar mutirão com servidores dos estados a fim de agilizar a análise dos processos, além de organizar reuniões mensais com sua equipe técnica e a CONTAG, para acompanhamento do processo de análise dos pedidos de registro.

B. Garantir a participação da CONTAG no Conselho Nacional de Relações do Trabalho, com direito à voz e voto.

O MTE comprometeu-se a assegurar, de imediato, a publicidade da pauta das reuniões do Conselho na internet, no site do ministério. Também assegurou assento para a CONTAG integrar o colegiado na condição de membro observador, ao tempo em que estuda formas de assegurar a representação da CONTAG, futuramente, como participante com direito a voz e voto.

C. Apoiar a aprovação do Projeto de Lei nº 751/2003, que trata do enquadramento sindical, que altera o Decreto-Lei n° 1166/71, definindo como trabalhador rural aquele que explore até quatro módulos fiscais.

O MTE registrou que esse pleito é legislativo, e que articulação com alcance que ultrapassa a capacidade de ação do ministério. Entretanto, sinalizou que o ministério tem compreensão que a representação sindical dos trabalhadores deve alcançar 04 módulos, e que assim irá se manifestar quando consultado.

D. Assegurar recursos para capacitação de dirigentes e assessores para intervir no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES.

Em atenção a essa demanda, o MTE comprometeu-se com a mesma, e requer da CONTAG a elaboração de projeto e apresentação do mesmo para definição dos recursos necessários a serem empregados.

E. Regulamentar a contribuição sindical rural da Agricultura Familiar.

Será constituído Grupo de Trabalho com a participação da CONTAG com vistas a construção da proposta de regulamentação da Contribuição Sindical Rural da Agricultura Familiar.

F. Quanto à exigência da Certificação Digital, estudar a possibilidade de liberar o uso de procuração eletrônica para os sindicatos.

O ministério designou a SRT como responsável por elaborar estudos técnicos quanto às alternativas possíveis que não invalidem o controle implantado por meio da Certificação Digital.

G. Liberação dos processos de registro sindical da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE ALAGOAS - FETAGAL e da FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE RONDÔNIA – FETAGRO.

O MTE comprometeu-se a retomar a análise dos dois processos, cujos registros sindicais devem ser publicados nos próximos dias.

JUVENTUDE

1. POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA

Implementar o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO

Reconhecer o PLANAPO como principal instrumento de implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica instituída pelo Decreto Nº 7.794/2012, como uma alternativa sustentável aos padrões dominantes na organização socioeconômica, técnica e ecológica do desenvolvimento rural brasileiro, assegurando:

a) As condições necessárias para execução de suas metas e iniciativas, com a participação da sociedade civil nos processos de monitoramento e avaliação;

b) A criação de Grupo de Trabalho para a concepção e desenvolvimento de Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos;

c) A valorização das práticas em agroecologia protagonizadas pelas mulheres, articulando as dimensões da formação e assessoria técnica, ao fomento, sistematização e intercâmbio de experiências;

d) A autonomia e emancipação da juventude rural na produção agroecológica e orgânica visando a permanência dos/das jovens no campo e a sucessão rural.

Resposta do Governo: A Secretaria de Agricultura Familiar/MDA afirma que a participação autônoma da juventude rural está incluída no PLANAPO, a partir de ações e estratégias específicas, dentre elas o apoio aos intercâmbios de experiências entre grupos de jovens que atuam na perspectiva agroecológica.

SUCESSÃO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR

a) Criar Grupo de Trabalho Interministerial com a participação dos Movimentos Sindical e Sociais, sob a coordenação do MDA, para construção do Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar.

Resposta do Governo: O Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar será de atribuição do Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), que existe desde 2012. Segundo o governo federal, de forma a atender a esta nova missão, o Grupo de Trabalho Interministerial passará por uma reestruturação e formalização, que prevê, inclusive, a participação dos movimentos sindical e sociais do campo.

b) Criar um Programa Nacional de Organização Produtiva da Juventude Rural, com destinação de recursos não reembolsáveis, fixando metas e orçamento que garantam a produção juvenil na agricultura familiar, com ênfase na produção e processos de transição agroecológica.

Resposta do Governo: O Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria Nacional de Juventude estão construindo, em diálogo com o Comitê Permanente de Juventude Rural do CONDRAF (que conta com a participação da Secretaria de Jovens Rurais da CONTAG) uma proposta para a execução do Programa Nacional de Inclusão Sócio-produtiva da Juventude Rural.

Observação da Secretaria de Jovens da CONTAG: A resposta do governo não inclui informações a respeito da origem dos recursos financeiros, refere-se apenas à metodologia e



desenho político que podem integrar o Programa.

MULHERES TRABALHADORAS RURAIS

1. PRONAF MULHER - fizemos um intenso processo de Diálogo durante o processo de negociações com o intuito de que o Pronaf Mulher em todas as suas modalidades pudessem passar a ser risco da União da mesma forma que já são os grupos A, A/C e B.No entanto como alguns pontos dizem respeito ao anuncio do pacote de decisões do plano safra 2013, esta questão ainda aguardarmos que finalmente seja resolvida, o que deve ocorrer na próxima semana.

2. ATER PARA MULHERES- segue em debate a possibilidade dentro do novo sistema de ATER, onde será criada uma agencia de assistência técnica, sejam destinados 50% dos serviços de Ater para mulheres e 30% dos recursos. Neste ponto queríamos destacar e conclamar a uma mobilização nacional a todos STTRs para o envio por escrito de informações das dificuldades enfrentadas no acesso ao credito e serviços de ATER por mulheres, uma vez que a resistência ao ponto solicitado é sob a justificativa de que nos bancos não tem demandas represadas de mulheres, e responder positivamente a estas solicitações seria inviabilizar a liberação dos recursos.

3. AGROECOLOGIA- A boa noticia é que esta em fase de elaboração final uma chamada publica de projetos para ATER e Agroecologia, e neste caso já serão atendidos os percentuais acima referidos.

Ainda no âmbito do programa de Organização produtiva para mulheres Rurais será publicado chamamento publico para ter modalidades de projetos, sendo : 1- apoio a grupos produtivos; 2- apoio a redes; 3- feiras de economia feminista.

Todas estas ações deverão também ser fortalecidas junto a estratégia de gestão territorial , sendo portanto de grande importância o fortalecimento dos comitês de mulheres dos territórios rurais.

4. ENFRENTAMENTO A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES – Finalmente foram anunciados o cronograma de entrega das 54 Unidades moveis que serão instrumento de infra-estrutura para o enfrentamento a violência contra mulheres no campo. Serão entregues no mês de agosto a cinco estados, mais cinco estados ate o mês de novembro e aos demais estados no primeiro semestre de 2014. As entregas devem ser precedidas de pactuação União e estados para acordo de funcionamento das mesmas, que estarão sendo disponibilizadas a cada estado sendo os mesmos responsáveis pelo funcionamento.

Cabe a CONTAG conjuntamente com federações e sindicatos fortalecer o processo de mobilização pela criação dos fóruns estaduais de enfrentamento a violência contra mulheres rurais, espaço este que deve ser o responsável pelas definições da atuação das unidades moveis. Para tanto a

CONTAG negociou junto a SPM durante as negociações do GTB projeto para aquisição de recursos específicos para o processo de mobilização e atuação das unidades moveis nos estados.

TERCEIRA IDADE

1 - CRIAÇÃO DA SECRETARIA NACIONAL DA PESSOA IDOSA NO ÂMBITO DO GOVERNO FEDERAL.

A Secretaria de Direitos Humanos – SDH, já elaborou toda a documentação necessária para a criação da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa Idosa em maio de 2012 e encontra-se em análise no Ministério do Planejamento.

2 - ELABORAR, IMPLANTAR E MONITORAR O PLANO NACIONAL DA PESSOA IDOSA.

O Plano Nacional de Envelhecimento Saudável e Ativo passou a fazer parte do Programa Brasileiro para o Envelhecimento Ativo e Cooperação Intergeracional sua conclusão será em agosto de 2013.

3 - AMPLIAR E COFINANCIAR A CRIAÇÃO DE: A) CENTROS DE COMBATE À VIOLÊNCIA E MAUS TRATOS CONTRA A PESSOA IDOSA, B) DELEGACIAS ESPECIALIZADAS DO IDOSO, VARAS ESPECIAIS PARA AS PESSOAS IDOSAS.

O Governo Federal através da SDH vem implantando os Centros de Referência em Direitos Humanos, com uma equipe especializada para atender às pessoas idosas que tiveram seus direitos violados – o país hoje conta com 30 centros, distribuídos em 21 estados e assumiu o compromisso da implantação de mais 13 centros em 2013. Quanto às delegacias, a Coordenação dos Direitos do idoso emitiu, em 2012, parecer favorável ao PL 1324/2011 da Câmara dos Deputados, que cria delegacias especializadas para cidades com 150 mil habitantes ou mais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

EIXOS:

- Efetivação de espaços de dialogo permanente entre governo e sociedade civil e espaços institucionais;
- Promoção comercial de produtos da agricultura familiar em mercados diferenciados;
- Cooperação Sul Sul;


FETAG

• Ano Internacional da Agricultura Familiar;

1. Construção de um dialogo convergente entre a pauta da Contag e a linha de planejamento das ações do MRE\MDA, a perspectivas de criação de espaço interno para controle de políticas públicas bem como a participação da Contag\MSTTR nos fóruns de debates e acordos\ negociações comerciais internacional, no sentido de ampliar a evidencia/visibilidade e garantir efetivamente a participação da agricultura familiar nas questões comercial e social;

Pautamos o MRE/MDA no sentido apresentar estratégias mais efetivas quanto a governaça da terra como instrumento de consolidação da Agricultura Familiar, bem com o efetivo combate da violência no campo, seja nas áreas de fronteiras, ou no interior do país daí a importância de ações integradas/harmonização entre o mais diversos ministérios e segmentos do poder público com envolvimento dos entes federativos, principalmente na violência contra as mulheres, jovens e idosos.

2. Ao mesmo tempo em que se pauta a necessidade de conhecer e debater com organizações sociais brasileira e moçambicana a cooperação Brasil\África no que se diz respeito a implementação de aporte para produção " Pro Savana", uma vez que e notório a ausência de debate com seguimento da agricultura familiar, sujeitos importantíssimo para o desenvolvimento rural com forte produção de alimentos e sustentabilidade sócio ambiental;

Neste contexto faz se necessário a construção e implementação de espaços que assegurem a efetividade e participação da representação da agricultura familiar, garantindo a construção mais justa para as ações comerciais e de políticas de fomento. A exemplo: a construção para efetivar o papel e a importação dos produtos da agricultura familiar nas compras para ajuda humanitária, que passa por um processo de alteração de marcos legais onde venha a assegurar tal segmento.

3. Conseguimos também o comprometimento de construção coletiva das ações nacionais para o AIAF, compreendendo como estratégico para a consolidação da agricultura familiar, na construção de um campo produtivo, sustentável e com soberania e segurança alimentar e nutricional, dando importância a grande necessidade de produção de alimentos saudáveis, assegurando a interlocução com a FAO e mediação para com os outros países objetivando a efetividade do AIAF na região.

Considerando o processo de negociações do GTB, sabe se do papel histórico e protagonista da Contag na construção e controle social de políticas publicas para a Agricultura Familiar, ressaltamos que o MSTTR, rompe fronteiras no processo que constrói cotidianamente políticas de desenvolvimento rural sustentável, que visa a partir de uma Reforma Agrária ampla, massiva e de qualidade fortalecer com um modelo produtivo, político, econômico e social sustentável, defendendo a segurança e soberania alimentar e nutricional, efetiva ações de políticas publicas de combate a violência no campo e precarização do trabalho e promoção dos direitos humanos e sociais. Incidindo diretamente no processo organizativo, produtivo e na comercialização levando em conta todos os sujeitos do campo e no fortalecimento de alianças nacionais, regionais e mundial para a afirmação positiva da Agricultura Familiar, a exemplo da construção coletiva da sociedade civil e governos para o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF 2014) bem com a participação importante da COPROFAM e UITA.



STTRs FETAGs CONTAG